



FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE

CNPJ: 84.953.579/0001-05

Av. Castelo Branco, 170 - CEP 88.509-900

Lages – SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em Reais

1) ATIVIDADE OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC é uma entidade educacional, regional, com área de abrangência compreendendo o Planalto Serrano Catarinense, de caráter comunitário, sem fins lucrativos, pública de direito privado, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 94364 de 22.05.87, publicado no DOU de 25.05.87, criada pela Lei municipal nº 005 de 14.03.69, consolidada pela Lei Complementar Municipal nº 092 de 01.04.98, tendo como objetivo principal o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços em todos os níveis e por todas as formas ao seu alcance.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – conforme RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12, que *Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros*, em consonância com o Código Civil, Lei Federal nº 10.406/2002; com a Lei das Sociedades por Ações, Lei Federal nº 6.404/76 e demais atos normativos aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

A Moeda Funcional de registro das operações do ambiente em que a instituição opera é o Real.

A Administração desta empresa conclui e declara sob sua exclusiva responsabilidade: a) que todos os documentos e/ou informações gerados e recebidos de seus fornecedores e de outras instituições de relacionamento correspondem aos encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados e estão revestidos de total idoneidade; b) que o saldo de caixa registrado em conta própria foi pela Administração contado, levantado e confirmado fisicamente e perfaz a realidade do período encerrado em 31/12/2018 e 31/12/2017; c) que os estoques registrados em conta própria foram pela Administração contados e levantados fisicamente e avaliados de acordo com a política de mensuração de estoque determinada pela empresa e perfazem a realidade do período encerrado em 31/12/2018 e 31/12/2017; d) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado Totv's RM, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de inteira responsabilidade da nossa Administração todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados; e) que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da empresa, inclusive a destinação do resultado dos exercícios findos até 31/12/2018 e 31/12/2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A instituição observa o regime de competência para o registro das transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

- **Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes** – No Balanço Patrimonial os ativos e obrigações vincendos, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou expectativa de realização superior á 12 meses, são classificados

como itens não circulantes;

- **Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata** - Estão demonstrados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço;
- **Créditos a receber de clientes** - Referem-se a créditos a receber por vendas a prazo de bens/serviços, com valores efetivamente faturados e estão pré-fixados;
- **Créditos a receber – outros** – referem-se a créditos a receber decorrentes das atividades operacionais acessórias, vinculados a convênios e créditos de clientes em cobrança administrativa ou judicial e estão demonstrados pelo valor contratado ou do acordo pré-fixados;
- **Créditos Operacionais – adiantamentos** – referem-se a adiantamentos operacionais a fornecedores, salários, férias de funcionários e acordo trabalhista, e estão demonstrados pelo valor original do adiantamento;
- **Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa** – constituída com base na análise de risco provável das contas a receber e seu montante estimado é considerado adequado para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes;
- **Impostos a Recuperar** – estão contabilizados pelo valor original e, classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação de cada crédito fiscal;
- **Estoques** - constituído de material de consumo e material de expediente e estão avaliados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao custo de reposição;
- **Direitos Realizáveis a Longo Prazo** – referem-se: **a)** créditos a receber de clientes demonstrados pelo valor contratado/acordo pré-fixados; **b)** saldo residual de depósito judicial de IRRF, demonstrado pelo valor original dos depósitos; **c)** depósitos trabalhistas/cíveis, demonstrados pelo valor original dos depósitos;
- **Investimentos permanentes** – referem-se a aplicações em cotas de capital da Sicred e Credicomim, e estão registrados pelo custo de aquisição e a capitalização anual;
- **Imobilizado** - Os bens e direitos do ativo não circulante – imobilizado, estão registrados ao custo de aquisição, combinado ainda com os seguintes aspectos: os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil e econômica estimada dos mesmos, conforme laudo de avaliação;
- **Intangível** - Os direitos do ativo não circulante – intangível, refere-se aos custos de software reconhecidos como ativo e, são amortizados durante sua vida útil e econômica estimada em cinco anos;
- **Adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC PME 17** - Para efeito da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC PME 17 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Resolução CFC Nº 1.263/09, a Instituição não promoveu quaisquer ajustes no valor dos seus bens, por entender a Administração, de que os mesmos se encontram registrados por valores que refletem adequadamente a situação econômica;
- **Método de depreciação e amortização** – Os métodos de depreciação e amortização são compatíveis com a vida útil econômica do ativo, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.136/08, que aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, combinado com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 17, aprovada pela Resolução CFC Nº 1255/09.
A escrituração contábil da instituição aloca o valor depreciável dos ativos em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta. A Administração da empresa está ciente que deverá revisar seu método atual de depreciação sempre que tenha indicação de mudança relevante no padrão pelo qual a empresa espera consumir os benefícios econômicos futuros dos seus ativos.
A escrituração contábil da instituição aloca a amortização para ativos pertinentes, quando corresponde à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou

contratualmente limitado.

- **Passivo circulante e não circulante** – são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço;

- **Provisões** – uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- **Utilização de estimativas** - Na preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas que afetam os valores apresentados nas mesmas e, em decorrência disso, os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Fundo Fixo	950	1.481
Depósitos bancários à vista	531.341	246.412
Aplicações financeiras de liquidez imediata	28.912.802	31.146.368
TOTAL	29.445.093	31.394.261

4) CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER DE ATIVIDADES FINIS

4.1. Créditos a Receber de clientes

Descrição do crédito	31-12-2018	31-12-2017
Mensalidades a receber	6.972.603	7.415.826
Cheques devolvidos	11.890	11.890
Total	6.984.493	7.427.716
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.858.730)	(4.458.492)
Saldo Líquido a Receber	2.125.763	2.969.224

A estimativa para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.

4.2. Créditos a Receber – Outros

Descrição do crédito	31-12-2018	31-12-2017
Fies a receber	329.658	792.326
Alugueis centro de convivência a receber	21.787	12.142
Alugueis a receber CCJ	-	2.400
Termo de confissão /renegociação de dívida a receber	130.337	133.401
Condomínio Midilages a receber	6.085	5.510
Cobrança judicial a receber	1.049.465	1.070.002
Títulos a Receber	5.452	-
Outras Contas a Receber	242.581	211.846
Termo novação dívida a receber	913.864	688.330

Condomínio centro de convivência a receber	2.345	973
Alugueis salas de aula	12.600	5.560
Contrato de novação/divida receber de cliente	3.960	4.320
Cartão de Crédito a Receber	422.699	345.876
Renegociação Mensalidade Funcionários	15.793	2.251
Total	3.156.626	3.274.937
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.686.455)	(1.518.815)
Saldo Líquido a Receber	1.470.171	1.756.122

A estimativa para perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.

4.3. Créditos Operacionais – Adiantamentos

Descrição do crédito	31-12-2018	31-12-2017
Adiantamentos a empregados	409	1.435
Adiantamento para fornecedores	1.160	7.084
Adiantamento de férias a empregados	1.273.863	1.906.227
Adiantamento acordo trabalhista	-	20.000
TOTAL	1.275.432	1.934.746

4.4. Tributos e Contribuições a Recuperar

Descrito do crédito	31-12-2018	31-12-2017
IRRF a recuperar	9.311	9.311
Salário família a recuperar	3.915	2.855
Salário maternidade a recuperar	30.816	35.494
Contribuições sociais a recuperar	207	207
FGTS a recuperar	-	63
PIS a recuperar	578	578
TOTAL	44.827	48.508

5) DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Depósito Judicial-IRRF (1)	81.383	81.383
Depósito Judicial Trabalhista	41.473	68.297
Depósito Judicial Cível (2)	4.800	1.175.388
Contrato de Novação Dívida Receber Cliente (3)	14.279	18.917
TOTAL	141.935	1.343.985

- (1) Valor residual do levantamento do Depósito Judicial IRRF AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 1999.72.06.002426-6 (SC);
- (2) Depósito judicial cível processo BADESC no valor de R\$ 1.170.588, baixado no exercício de 2018 e GVT VIVO no valor de R\$ 4.800;
- (3) Acordo de mensalidades de acadêmicos;

6) ATIVO IMOBILIZADO

Descrição	31-12-2017	Adições	Baixas	31-12-2018
Terrenos (A)	117.469	-	-	117.469
Terrenos-Conta Reavaliação (A)	4.293.131	-	-	4.293.131
Edifícios (A)	18.165.707	-	-	18.165.707
Edifícios-Conta Reavaliação (A)	8.762.489	-	-	8.762.489
Instalações (A)	310.629	80.128	-	390.757
Benfeitorias (A)	2.097.207	63.863	-	2.161.070
Benfeitorias-Conta Reavaliação (A)	40.443	-	-	40.443
Construções Centro Ciências Saúde (A)	2.292.279	-	-	2.292.279
Reservatório para Água (A)	66.745	-	-	66.745
Reservatório para Água CTA. Reavaliação (A)	6.965	-	-	6.965
Terrenos - Sede Campo Belo	6.120	-	-	6.120
Edifícios - Sede Campo Belo	27.510	-	-	27.510
Ajardinamento e Paisagismo	33.156	-	-	33.156
Construção Centro Esportivo (A)	8.310	-	-	8.310
Construções em Andamento Ginásio de Esportes	-	441.002	-	441.002
Equipamentos de Informática	2.850.007	100.529	-	2.950.536
Equipamentos de Laboratório	4.111.990	25.795	47.352	4.090.433
Equipamentos de Telefonia	139.451	-	-	139.451
Máquinas e Equipamentos	753.674	126.468	19.309	860.833
Móveis e Utensílios	2.329.045	82.083	-	2.411.128
Acervo Bibliográfico	3.190.627	44.837	164	3.235.300
Veículos e Acessórios	131.474	47.581	-	179.055
Adorno e Decoração	13.518	-	-	13.518
Equipamentos Eletrônicos	49.159	12.174	-	61.333
Equipamentos de Desporto	46.078	-	-	46.078
Equipamentos de Segurança	34.377	-	-	34.377
Equipamentos para Laboratório Línguas	16.451	7.346	-	23.797
Ferramentas	5.393	-	-	5.393
Total Imobilizado	49.899.404	1.031.806	66.825	50.864.385
Depreciações Edifícios	(1.351.952)	(305.517)	-	(1.657.469)
Depreciações Benfeitorias	(702.505)	(75.855)	-	(778.360)
Depreciações Instalações	(287.715)	(11.980)	-	(299.695)
Depreciações Reservatório para Água	(39.276)	(3.277)	-	(42.553)
Depreciações Edifícios CTA Reavaliação	(1.753.523)	(146.344)	-	(1.899.867)
Depreciações Benfeitorias CTA Reavaliação	(19.423)	(1.618)	-	(21.041)
Depreciações Reservatório p/Água CTA Reav.	(4.214)	(354)	-	(4.568)
Depreciações Ajardinamento e Paisagismo	(15.846)	(1.326)	-	(17.172)
Depreciações Equip. de Informática	(2.304.100)	(145.299)	-	(2.449.399)
Depreciações Equip. de Laboratório	(2.746.482)	(225.856)	-	(2.972.338)
Depreciações Equip. de Telefonia	(136.741)	(744)	-	(137.485)
Depreciações Máquinas e Equipamentos	(318.457)	(36.568)	28	(354.997)
Depreciações Móveis e Utensílios	(1.806.989)	(66.849)	-	(1.873.838)
Depreciações Veículos e Acessórios	(131.474)	(6.423)	-	(137.897)
Depreciações Adorno e Decoração	(13.518)	-	-	(13.518)
Depreciações Equip Eletrônicos	(31.270)	(3.073)	-	(34.343)
Depreciações Equip. de Desporto	(41.213)	(881)	-	(42.094)
Depreciações Equip.de Segurança	(34.370)	-	-	(34.370)
Depreciações Equip. p/ Laboratório Línguas	(16.451)	(198)	-	(16.649)
Depreciações Ferramentas	(5.144)	(43)	-	(5.187)
Total Depreciação Acumulada	(11.760.663)	(1.032.206)	28	(12.792.841)
Imobilizado Líquido	38.138.741			38.071.544

(A) GRAVAME POR HIPOTECA

Os bens imóveis identificados nesta Nota Explicativa, assinalados com **(A)**, estão gravados por hipoteca em favor das Instituições Financeiras explicitadas na Nota Explicativa 9.

6.1. A escrituração contábil da Instituição aloca o valor depreciável dos ativos imobilizados em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta, calculado da seguinte forma: **A)** para os bens adquiridos até 31/08/2010, com base no saldo residual de cada conta de bem depreciável; **B)** para as aquisições de bens do imobilizado a partir de 01/09/2010 é calculado com base no valor de cada bem, controlado analiticamente no controle patrimonial de bens do imobilizado.

7) ATIVO INTANGÍVEL

Descrição	31-12-2017	Adições	Baixas	31-12-2018
Software	722.998	2.296		725.293
(-) Amortização acumulada	(480.827)	(59.156)		(539.983)
Intangível Líquido	242.171			185.310

8) BENS DE TERCEIROS – USO EM COMODATO

A Instituição possui bens de terceiros na condição de fiel depositária no montante de R\$ 382.430 que são utilizados em projetos de pesquisa nos termos de convênios celebrados com as seguintes Instituições:

Bens	Termo de Cessão de uso nº	Data	Valor do Bem R\$	Instituição Conveniada
Veículo Kombi - marca Volkswagen	01/2008	01/09/2008	41.089	FAPESC
Veículo Caminhonete - marca Ford Ranger	05/2009	14/04/2009	100.000	FAPESC
Condicionadores de Ar Split	10/2009	20/10/2009	24.030	FAPESC
Espectrofotometro de Absorção Atômico	10/2009	20/10/2009	195.000	FAPESC
Telas com Tripé	10/2009	20/10/2009	780	FAPESC
Telas Retrátéis para Projecção	10/2009	20/10/2009	612	FAPESC
Telefones sem Fio	10/2009	20/10/2009	288	FAPESC
Quadro Branco	10/2009	20/10/2009	380	FAPESC
Incubadora Biológica	05/2013	10/05/2013	20.250	Cointer
TOTAL			382.430	

Estes valores estão apropriados contabilmente em conta de compensação, os quais são apresentados líquidos entre ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

9) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**Posição em 31-12-2018**

Banco	31-12-2018		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Banco Santander (2)	120.886	261.919	382.805
Banco do Brasil (1 - 3 - 4)	659.290	2.965.526	3.624.816
BRDE (5)	436.252	581.669	1.017.921
TOTAL LÍQUIDO	1.216.428	3.809.114	5.025.542

Legenda	Finalidade	Nº do contrato	Data Liberação	Vencimento	Valor da Liberação	Taxa	Garantia
BR (1)	Capital de Giro	75374310099	15/03/07	21/12/08	1.000.000	Correção monetária CDI + juros de 6,17% a.a.	Penhor - duplicatas ou cheques
	Capital de Giro	96058370001	21/12/07	15/03/09	550.000	23,88% a.a.	Aval de administradores
BS/R(2)	Capital de Giro	855744996	12/09/07	15/03/11	2.916.381	16,075% a.a.	Penhora de direitos e Hipoteca de bens
	Capital de Giro	605772650	05/02/07	05/08/09	1.800.000	Correção monetária CDI + juros de 4,80% a.a.	penhor - duplicatas/ direitos creditórios + aval administradores
	Capital de Giro	584159235	18/10/06	18/10/09	510.000	25,340% a.a.	Penhor - duplicatas ou cheques + aval administradores
	Capital de Giro	528167322	16/12/05	15/12/09	424.000	Correção monetária CDI + juros de 6,00% a.a.	Aval administradores
ex BESC(3)	Capital de Giro	2007/155199-3	03/10/07	03/10/11	6.000.000	Correção monetária - TR + juros de 1,55% a.m.	Hipoteca de bens
BB (4)	Desconto de Cheques - Saldo Conta corrente	030705576			266.754,19		
BRDE(5)	Construção/ investimento	212637602	31/10/01	15/07/11	2.178.403	TJLP + juros de 6,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens
	Construção/ investimento	218568602	03/12/07	15/07/11	320.340	TJLP + juros de 9,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens

Posição em 31-12-2017

Banco	31-12-2017		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Banco Santander (2)	120.886	382.805	503.691
Banco do Brasil (1 - 3 - 4)	706.017	3.577.867	4.283.884
BADESC (6)	1.362.505	2.564.418	3.926.923
BRDE (5)	438.355	1.022.827	1.461.182
TOTAL LÍQUIDO	2.627.763	7.547.917	10.175.680

As obrigações por contratos de empréstimos contratados com Banco Santander e BRDE, notadamente para aplicação em inversões fixas (construções) estão garantidos, com garantia real por bens da Instituição UNIPLAC.

A partir de outubro de 2008 a UNIPLAC, através do seu Departamento Jurídico, implementou discussão quanto as condições e cláusulas contratuais de operações de crédito contratadas com Instituições Financeiras, através de ações revisionais bancárias ajuizadas judicialmente, especialmente quanto a taxas de juros pactuadas nos contratos celebrados com o Banco do Brasil/ Banco Besc. Em decorrência da discussão judicial em curso, os encargos de atualização monetária e juros contratuais destas obrigações por empréstimos, foram reconhecidos somente até 31-12-2008.

Até o final do ano de 2018 a instituição celebrou acordos com as instituições financeiras, Santander, Banco do Brasil, BRDE, em condições compatíveis com o pedido de revisão do débito proposto pela Fundação Uniplac, referido no segundo parágrafo desta nota.

10) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Natureza	31-12-2018			31-12-2017
	Curto prazo	Longo prazo	Total	
Salários a Pagar	-	-	-	1.667.175
INSS a pagar	863.948	-	863.948	821.462
Parcelamento FGTS	528.183	1.370.231	1.898.414	2.213.810
Acordo Hora Atividade a pagar	-	827.278	827.278	1.153.826
Parcelamento INSS a Pagar – Proies (1)	593.759	34.916.981	35.510.740	35.953.628
(-)Encarg. Financ. Parc. INSS Proies a Apropriar	-	(11.722.316)	(11.722.316)	(12.755.953)
Parcelamento PERT	863.875	1.049.077	1.912.952	3.408.776
Provisão Reclamatórias Trabalhistas	-	215.000	215.000	1.619.905
Férias a Pagar	2.518.316	-	2.518.316	3.333.488
TOTAL	5.368.081	26.656.251	32.024.332	37.416.117

(1) A escrituração contábil reconheceu o montante total da dívida tributária confessada no processo de parcelamento Proies e a despesa financeira correspondente é reconhecida como despesa operacional de acordo com a competência da parcela paga ou creditada;

11) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Posição em 31-12-2018

Natureza	31-12-2018
	Total
IRRF a Recolher	682.892
PIS a Pagar	44.379
ISS a recolher	4.407
Contribuições retidas na fonte a Recolher	1.969
TOTAL	733.647

Posição em 31-12-2017

Natureza	31-12-2017	
	Total	
IRRF a Recolher		621.412
PIS a Pagar		44.356
ISS a recolher		36
Contribuições retidas na fonte a Recolher		4.041
TOTAL		669.845

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Natureza	31-12-2018		31-12-2017
	Curto Prazo	Longo prazo	
Repasse DCE a pagar	14.773	-	8.449
Adiantamento de Clientes	1.514.416	-	853.248
Bolsas a Conceder	816	-	
Indenizações Trabalhistas a Pagar	60.658	-	269.877
Indenizações a Pagar	11.300	-	16.468
Depósitos de Terceiros a Identificar	73	-	5
Créditos de Terceiro a Reembolsar	8.448	-	6.433
Adiant. Mensalidade a Rec. Pref. De Lages	85.846	-	26.731
Multa CLT – PGFN Processo 47620-000337/2010-63	-	-	3.375
Multa CLT – PGFN Processo 47620-000903/2012-07	-	-	78.753
Provisão Ações Cíveis	-	112.000	1.079.287
Cheques a Compensar CEF	8.024	-	1.961
Adiant. Mensalidade a Rec. Proesd Regional	21.351	-	-
Adiant. Mensalidade a Rec. Art. 171 FUMDES	22.691	-	17.499
TOTAL	1.748.396	112.000	2.362.086

13) RECEITA DIFERIDA CONVENIOS A APROPRIAR

Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Convenio 2013TR003607 SDR Lages (1)	749.848	921.959
Convenio 2014TR001448 SDR Lages (2)	451.805	477.661
Convenio 2015TR001812 SDR Lages (3)	12.133.085	12.344.057
TOTAL	13.334.738	13.743.677

(1) Convenio 2013TR003607 SDR Lages: Aquisição de equipamentos para estruturação dos Laboratórios dos cursos de Engenharia;

(2) Convenio 2014TR001448 SDR Lages: Ampliação da estrutura física da Incubadora MIDIlages;

(3) Convenio 2015TR001812 SDR Lages: Ampliação do Centro de Ciências Tecnológicas;

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Doações e Subvenções Patrimoniais	350.743	350.743
Reservas de Reavaliação	11.177.553	13.218.668
Déficits Acumulados	-	(360.521)
Superávit do Exercício (1)	8.067.981	-
TOTAL	19.596.278	13.208.890

(1) Composição do Superávit

Natureza	31-12-2018
Déficit em 31/12/2017	(360.521)
Realização da Reserva de Reavaliação	147.964
Ajuste realização da reserva de reavaliação exercícios anteriores	1.893.150
Ajuste de Exercícios Anteriores	(5.187)
Superávit Apurado no Exercício	6.392.574
Superávit Acumulado	8.067.981

15) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No curso do ano calendário de 2018, a Instituição reconheceu na escrituração contábil ajustes de exercícios anteriores decorrente de fatos contábeis ocorridos em períodos anteriores e não reconhecido nas datas oportunas.

NATUREZA DO AJUSTE	VALOR EM R\$
Ajustes negativos (redução do superávit)	
• Baixa de crédito venda equipamento	5.117
• Baixa receita de aluguel	70
Total do ajuste em 2018	5.187

16) DETALHAMENTO DA DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

16.1. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2018	31-12-2017
Bolsa de dependentes de funcionários	883.078	844.047
Bolsa de funcionários	134.074	190.317
Restituições de mensalidades, taxas e outras	62.718	110.543
Cancelamentos	28.973	18.572
Bolsa extensão	8.406	15.017
Outras bolsas de estudos concedidas (1)	2.249.792	1.027.116
Bolsa dependentes funcionários por determinação judicial	153.798	93.140
Bolsa Pesquisa	1.050	-

Desconto Incondicional Financiamento Fies	160.336	192.595
Desconto Isenção Matrícula/taxa	3.851	84.284
Desconto Estamos Juntos	3.086.865	1.504
Desconto Calouro	181.936	-
Total	6.954.877	2.577.135

(1) Refere-se a bolsas de estudos: a) Bolsa estágio UNIPLAC, b) UNIPLAC x prestação de Serviço, c) Permuta, d) UNIPLAC X Amures, e) UNIPLAC X Clube dos Oficiais, f) Bolsa SAAERS, Bolsa SIMPROESC, g) UNIPLAC X Mestrado, h) Bolsa Trabalho IGP, i) Bolsa UNIPLAC, j) Bolsa UNIPLAC X ACIL, l) Bolsa UNIPLAC X Música, m) Bolsa UNIPLAC X Mestrado Fapesc, n) Bolsa PIBID, o) UNIPLAC X Liga Serrana de Basquete, p) UNIPLAC X Leas da Serra, q) UNIPLAC X APLA , r) UNIPLAC X Handlages, s) UNIPLAC X Sindserv, t) UNIPLAC X Sindicont, u) UNIPLAC X Simproel, v) UNIPLAC X Banco da Família, x) Bolsa Estágio Rádio UDESC e z) Bolsa Estágio Paternidade Responsável.

16.2. DESPESAS OPERACIONAIS

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2018	31-12-2017
16.2.1 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS		
A) Remuneração e outras verbas Salariais		
A1) Salários, férias, 13º Salário	29.874.638	30.227.350
A2) Despesas com reclamações trabalhistas	875.677	343.968
A3) Provisão Reclamatórias Trabalhistas	-	573.701
A4) Outras verbas salariais	85.003	97.349
A5) Total remuneração e outras verbas salariais	30.835.318	31.242.368
B) Encargos Sociais		
B1) INSS	7.777.281	7.822.235
B2) FGTS	2.768.634	2.728.975
B3) PIS	293.315	289.750
Total Encargos Sociais	10.839.230	10.840.960
Total despesa com pessoal	41.674.548	42.083.328
16.2.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Serviços Técnicos Esp. De Auditoria	23.361	38.215
Serviços Técnicos Esp. Jurídicos	-	3.000
Serviços de Terceiros pessoa física	400.623	304.315
Serviços de terceiros pessoa jurídica	332.544	531.857
Serviços de vigilância	550.800	433.029
Serviços de Contabilidade	154.433	146.485
Serviços de Consultoria	363.024	109.220
Serviços em Informática	397.742	275.398
Serviços de Limpeza	-	140.674
Serviço em Departamento Pessoal	127.155	100.800
Material de Expediente	50.906	41.297
Material Limpeza/Consumo	190.605	174.319
Material Didático-Técnico	992	2.589
Material para a Manutenção	2.556	3.422
Material para Laboratórios	240.449	197.142
Energia elétrica	417.880	565.707
Água	111.288	79.416
Telefone	37.945	34.954
Cópias reproduções	121.784	45.653
Aluguéis e arrendamento mercantil	74.085	144.232

Despesas postais/malotes	11.775	9.878
Seguros	29.373	34.009
Desp. Com Gerador de Energia	125.153	-
Depreciação	1.032.178	932.516
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.746.330	2.476.485
Eventos Culturais/Sociais	56.334	3.813
Viagens e estadas	155.214	127.420
Manutenção de móveis e equipamentos	101.752	118.102
Conservação e manutenção de instalações	1.182.359	903.982
Propaganda e publicidade	441.889	252.688
Fretes	14.265	5.094
Despesa com Patrocínio	290.069	55.051
Veículos e Combustíveis	17.104	21.821
Publicações Técnicas	4.375	-
Despesas com software	70.284	58.047
Taxas e Autenticações	1.136	605
Transporte Acadêmico	14.774	18.399
Bens de Uso Permanente	64.497	63.179
Doações e Contribuições Sociais	41.427	62.046
Desp. Com jornais e revistas	370	-
Assinaturas e Mensalidades	19.395	19.780
Outras Perdas	-	2.180
Repasse Convênio Estágio Curricular	177.290	-
Despesas com ações judiciais e indenizatórias	88.448	51.375
Provisão Ações Cíveis	-	156.566
Multas Trabalhistas	152.222	-
Amortização de Software	59.156	64.593
Repasse Convênio	263.173	232.528
Total - despesas administrativas	9.758.513	9.041.881
16.2.3 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS		
Reversão Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.134.932)	(818.986)
16.2.4 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
16.2.5 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		
A) Despesas Financeiras		
A1) Juros passivos	72.739	396.797
A2) Desconto concedido	1.740.043	1.887.533
A3) Multas Fiscais	9.785	21.266
A4) Juros e tarifas Banco do Brasil	364.523	443.027
A5) Juros e tarifas CEF	99.448	83.487
A6) Juros e encargos s/financiamento – BADESC	428.832	420.211
A7) Juros e encargos s/financiamento – BRDE	156.482	220.402
A8) Encargos Financeiros Parc. Proies	1.033.637	1.540.780
A9) Outros encargos financeiros	377.142	560.774
A10) Total despesas financeiras	4.282.630	5.574.277
Receitas Financeiras	(2.694.289)	(3.835.803)
Despesas financeiras líquidas	1.588.342	1.738.474
Total	51.890.843	52.076.233

16.3. TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2018	31-12-2017
Deduções da Receita Bruta	6.954.877	2.577.135
Despesas Operacionais	50.298.129	50.306.223
Despesas Tributárias	4.372	31.536
Despesas financeiras líquidas	1.588.342	1.738.474
Total	58.845.720	54.653.368

17) RECEITAS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2018	31-12-2017
Receita de Venda do Ativo Imobilizado	25.148	-
Outras Receitas	15.959	23.039
Doações Recebidas em Bens	2.580	8.217
Ajustes Adiantamentos Bolsas	-	123.555
Reversão Dívidas Empréstimo BADESC	3.185.167	-
Remissão Tributos Federais (1)	643.329	-
Reversão Acordo Hora Atividade	227.514	-
Reversão Provisão Reclamatórias Trabalhistas	1.105.070	-
Reversão Provisão Reclamatórias Cíveis	824.832	-
TOTAL	6.029.598	154.811

(1) Restituição de tributos de IRRF recolhidos no ano de 2015 e alcançado pela remissão concedida através lei nº 12.688 do PROIES.

18) FILANTROPIA

Por deliberação do Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal, a Fundação Uniplac espontaneamente optou, a partir de 1º de janeiro de 2011, pela desistência da sua condição de Entidade Filantrópica, Ata N 012/2010, haja vista que a manutenção da Filantropia gera maior gastos que o benefício fiscal. A legislação pertinente determina que para os fins da concessão da certificação da filantropia a entidade de educação deveria aplicar anualmente em gratuidade, pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida.

<i>Comparativo do benefício pela opção de desistência da filantropia</i>		
<i>Natureza</i>	<i>31-12-2018</i>	<i>31-12-2017</i>
1. Receita base de cálculo da aplicação mínima do percentual de 20% em gratuidade para manutenção da condição de filantrópica.	60.998.911	59.147.371
2. Aplicação de recursos em gratuidade - 20% sobre a base de cálculo - item 1.	12.199.782	11.829.474
3. Contribuição para a previdência social – INSS - cota patronal + sat + contribuição para terceiros incidente sobre salários de funcionários e pagamentos a autônomos.	7.777.281	7.822.235
4. Economia anual gerada pela desistência da filantropia.	4.422.501	4.007.239

19) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Instituição possui processos judiciais e administrativos em andamento, cujo prognósticos quanto à possibilidade

de perda no seu desfecho, estão informados em relatórios da Assessoria Jurídica da Instituição, conforme divulgado a seguir:

Posição em 31-12-2018

Natureza	Risco
Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança	Risco possível – valor R\$ 1.096.629,02; Risco Provável – valor R\$ 112.000,00. Refere-se a ações por indenização de danos morais, inexistência de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.
Discussão de natureza trabalhista	Risco Provável – valor R\$ 215.000,00 Risco Possível – Valor R\$ 221.634,14

Posição em 31-12-2017

Natureza	Risco
Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança	Risco possível – valor R\$ 268.632; Risco Provável – valor R\$ 1.079.287. Refere-se a ações por indenização de danos morais, inexistência de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.
Discussão de natureza trabalhista	Risco Provável – valor R\$ 1.619.905.
Discussão de natureza trabalhista – hora atividade (1)	Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4

(1) Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4, celebrado em 18/12/2014, na 1ª Vara do Trabalho de Lages, Estado de Santa Catarina, decorrente de transação, de mérito, da ação trabalhista nº 01290-2009-007-12-00-4, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Lages, em que o Sindicato figura como substituto processual de 401 professores, além do estabelecimento de regras e condições para a quitação de passivos trabalhistas derivados da parcela conhecida como hora-atividade. Trânsito em julgado da decisão considerado pelo Departamento Jurídico da Instituição em 26.01.2015, tendo em vista o teor do art. 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e PORTARIA Nº GP/CR 300, de 12 de dezembro de 2014. O montante acordado e homologado foi de R\$ 4.306.698,00, para pagamento nas seguintes condições: a) R\$ 337.896,00 valores pagos até 31/12/2014 e R\$ 3.968.802,00 para pagar a partir da homologação do acordo, limitado a um milhão de reais por ano a partir de 2015.

A escrituração contábil reconheceu o acordo celebrado e a apropriação das parcelas pagas são reconhecidas como despesa com pessoal e encargos de acordo com a competência de pagamento da parcela.

20) BENS E VALORES SEGUROS

Os valores dos bens segurados são determinados e controlados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

21) CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS

A Instituição não reconhece como devida a contribuição para a COFINS, com base da sua receita contra prestacional, haja vista o disposto no art. 14, inciso X, da medida provisória - MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e é reconhecida a isenção da COFINS decorrente das receitas relativas às atividades próprias das instituições de: a) Educação e Assistência Social (imunes nos termos dos arts. 150, inciso VI, alínea c, e 195, parágrafo 7º, da CF); b) instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações isentas ao Imposto de Renda

e CSLL (art. 15 da lei 9.532/97); (c) fundações de direito privado criadas pelo poder público, consubstanciado na SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB N° 21, DE 4 DE MARÇO DE 2013, (7ª Região Fiscal), D.O.U.: 08.04.2013

22) TRABALHO VOLUNTARIADO

Foi reconhecido na escrituração contábil, serviços voluntários, pelo valor justo da prestação do serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro no curso do ano de 2018, no montante de R\$ 64.394,16.

23) RENUNCIA FISCAL

Os tributos objeto de renúncia fiscal em 2018 totalizaram R\$ 1.161.618,62, correspondente ao ISQN.

24) EVENTO SUBSEQUENTE (NBC TG 24)

A administração da empresa declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

25) CONTINUIDADE (NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, item 25)

A administração da empresa autorizou a produção e apresentação das demonstrações contábeis elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da empresa

26) AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

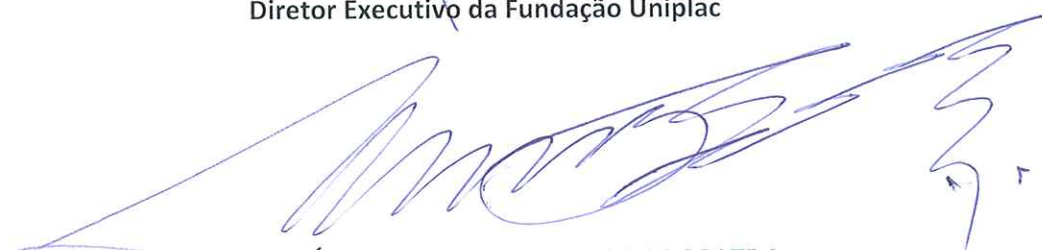
Em 25 de março de 2019, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras.



Antônio Carlos Floriani
Presidente da Fundação Uniplac



Carlos Eduardo de Liz
Diretor Executivo da Fundação Uniplac



EAC - ESMÉRIO CONTADORES ASSOCIADOS LTDA.
CRCSC 002868/O-4
José Sidney Ribeiro Esmério
Contador CRCSC 007026/O-6